



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2025 a 31/03/2025

Assunto: “Coronavírus” or “COVID”

Documento 1/23

19.2025

Sessão Ordinária - CD

11/03/2025-14:32

Publ.: DCD - 3/12/2025 - Geraldo Resende-PSDB -MS

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado relembrou o momento marcante da declaração da pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o impacto da doença no Brasil, que causou a perda de mais de 715 mil vidas. Ademais, recordou sua atuação como Secretário de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul, diante da maior crise sanitária da história, e seu trabalho árduo para salvar vidas. Além disso, celebrou a liderança do Estado na imunização por oito meses, durante a pandemia, fruto da colaboração entre o Governo Estadual, Prefeitos, Secretarias e a sociedade e, principalmente, da atuação dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Por fim, destacou que o Estado do Mato Grosso do Sul foi considerado referência de combate à Covid-19 e um modelo a ser seguido.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PSDB - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, ao fazer uso desta tribuna, venho relembrar um momento marcante da história recente do mundo e, em especial, de nosso Mato Grosso do Sul. Há 5 anos, a Organização Mundial de Saúde, a OMS, declarava a pandemia da Covid-19. Desde então, mais de 715 mil brasileiros perderam suas vidas para essa doença e milhares de outros seguem enfrentando sequelas. São famílias inteiras que tiveram suas rotinas e seus sonhos interrompidos pela perda de entes queridos, que deixaram milhares de filhos sem pai, mãe, avós, amigos e colegas, marcando o nosso País pela dor e pela superação. Foi um período de incerteza, desafio e lutas, mas também de aprendizado e união.

Recordo-me bem da angustiante missão que assumi à época como Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, tarefa que me foi dada pelo então Governador Reinaldo Azambuja para enfrentar uma das maiores crises sanitárias da história.

O desafio era imenso, mas nunca nos faltaram determinação e compromisso para salvar vidas. Enfrentamos a pandemia com trabalho incansável, planejamento e determinação e seguindo os postulados da ciência.

Mato Grosso do Sul foi capaz de, em 8 meses seguidos, liderar a imunização



neste País, fruto do entendimento que fizemos junto ao Governo do Estado, às demais Secretarias, à sociedade civil de Mato Grosso do Sul, aos Prefeitos e Prefeitas daqueles Municípios, mas principalmente pelo exército que faz o SUS em Mato Grosso do Sul.

Durante esse tempo, nosso Estado foi estampado nas manchetes de todos os telejornais como um exemplo a ser seguido. Recordo muito bem desse período. Se tivesse que voltar atrás para fazer novamente esse enfrentamento, faria tudo como fizemos naquela época e que tornou o Mato Grosso do Sul, como eu disse antes, referência no enfrentamento da Covid-19.

Sr. Presidente, espero que, nas próximas sessões, nós possamos discorrer sobre assuntos da saúde aqui.

Muito obrigado.

Documento 2/23

19.2025

Publ.: DCD - 3/12/2025 -

Sessão Ordinária - CD

Márcio Jerry-PCdoB -MA

11/03/2025-15:56

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado recordou os cinco anos do reconhecimento da Covid-19 como uma epidemia global pela Organização Mundial da Saúde. Destacou os impactos da pandemia no Brasil, mencionando as sessões virtuais na Câmara e as medidas restritivas adotadas pelas capitais em março de 2020. Também criticou a postura do então Presidente Jair Bolsonaro, que minimizou a gravidade da doença ao chamá-la de "gripezinha". Concluiu afirmando que a condução da crise sanitária foi marcada por irresponsabilidade, e a data deve ser lembrada como um momento de aprendizado.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Lula da Fonte, muito obrigado.

Há exatos 5 anos, a Organização Mundial da Saúde reconheceu a Covid-19 como uma epidemia global. Aquele foi um momento muito duro, um momento trágico da humanidade, e que atingiu fortemente também o nosso País.

Naquele mesmo março de 2020, esta Câmara precisou fazer sessões virtuais, à distância. Naquele mesmo março, vimos as primeiras capitais fecharem o comércio, diminuírem a aglomeração de pessoas. E, naquele março, infelizmente, vimos também o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, ir às rádios e às tevês dizer que a pandemia não passaria de uma "gripezinha".



O que sucedeu foi muita irresponsabilidade no trato dessa grave pandemia, que assolou a humanidade e atingiu fortemente o nosso País. Esta é uma data para ser lembrada como um momento de muito aprendizado.

Obrigado.

Documento 3/23

19.2025

Sessão Ordinária - CD

11/03/2025-19:40

Publ.: DCD - 3/12/2025 - Márcio Jerry-PCdoB -MA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou duas novas iniciativas do Ministério da Educação, o Partiu IF e a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), voltadas para ampliar o acesso de jovens ao ensino técnico e superior, com prioridade para grupos historicamente marginalizados. Ressaltou o impacto positivo desses programas no Maranhão, beneficiando 1.240 estudantes com auxílio financeiro. Além disso, relembrou os cinco anos do reconhecimento da Covid-19 como pandemia global pela OMS. Enfatizou a importância do SUS, que, apesar de críticas anteriores, foi fundamental no enfrentamento da crise sanitária. Reforçou seu compromisso com o fortalecimento do sistema público de saúde e celebrou a posse do Ministro Alexandre Padilha como um passo importante nessa direção.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa noite. Boa noite, colegas Parlamentares, povo brasileiro que nos assiste neste momento pelas redes sociais da Casa e, sempre muito especialmente, meu querido povo do Maranhão.

Duas ações novas do Ministério da Educação, comandado pelo Ministro Camilo Santana, fazem a Oposição realmente ficar cada vez mais nervosa com o Governo do Presidente Lula. Agora nós temos duas novas marcas importantes: o Partiu IF e a Rede Nacional de Cursinhos Populares — CPOP. Os dois programas são voltados para assegurar a milhões de jovens brasileiros a possibilidade de ingresso em cursos técnicos, em cursos de nível superior nos institutos federais e também nas universidades. Esses cursos são destinados, como prioridade, a estudantes negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência. Portanto, essa é mais uma ação extremamente importante e virtuosa do Governo do Presidente Lula.

Eu recebi há pouco, em meu gabinete, o Reitor do Instituto Federal do Maranhão, o Prof. Carlos Cesar Teixeira, a quem cumprimento e, por meio



dele, toda a comunidade da instituição no Estado.

Vejam o alcance que isso terá no Maranhão: haverá 31 turmas em 31 *campi* do IFMA em nosso Estado. O alcance é de 1.240 estudantes, que receberão um auxílio de 200 reais, o mesmo valor do Pé-de-Meia. Portanto, essa é mais uma ação extremamente importante do Governo do Presidente Lula, que alcança milhões de jovens no Brasil inteiro. Eles agora têm realmente a possibilidade de assegurar um apoio para o ingresso no ensino superior e também no ensino técnico.

Neste minuto que me resta, Presidente Cabo Gilberto Silva, eu gostaria de retomar um tema que abordei nesta Casa hoje: os 5 anos, desde o reconhecimento, pela OMS, da Covid como pandemia global. Momentos antes daquele anúncio, aqui mesmo, neste plenário, e na imprensa brasileira, muito se falava do SUS, e geralmente de forma negativa. Havia até quem propusesse a reformulação ou até a extinção do Sistema Único de Saúde. Veio a pandemia, infelizmente, e, 3 meses depois, os jornalões brasileiros, que diziam que o SUS era anacrônico, que não atendia ao povo brasileiro, abriam editoriais assim: "Viva o SUS!"; "O SUS salva vidas!"

Portanto, no momento em que lembramos do trágico acontecimento da pandemia é, mais uma vez, ocasião para nós defendermos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e dizermos: "Viva o SUS!"

Com muita alegria, estive ontem na posse do Ministro Alexandre Padilha, com vários colegas que integram a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Saúde, pelo fortalecimento do SUS. E a fala do Ministro Alexandre Padilha foi muito forte, vigorosa, no sentido de que haveremos de manter o caminho de fortalecimento do SUS, para fazer com que a saúde pública possa chegar a todos os rincões do Brasil.

Muito obrigado.

Documento 4/23

19.2025

Publ.: DCD - 3/12/2025 -

Sessão Ordinária - CD 11/03/2025-13:55

Capitão Alberto Neto-PL -AM

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado relembrou o impacto devastador da COVID-19 no Brasil, desde os primeiros óbitos até o colapso sanitário, destacando a crise em Manaus (AM) devido à falta de oxigênio. Apontou a desinformação e a desarticulação entre governos como fatores que agravaram a situação e comparou com a recente epidemia de dengue, que registrou aumento de 400% nos casos por falhas na gestão pública. Defendeu, ainda, o fortalecimento do SUS, investimentos em



ciência e tecnologia, combate à desinformação e melhoria da infraestrutura de transporte, especialmente na Amazônia. Por fim, reforçou que a saúde pública deve ser prioridade acima de ideologias e interesses políticos, e que as lições da pandemia precisam se transformar em políticas eficazes para evitar novas tragédias.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Bastaram apenas duas semanas da chegada do Sars-CoV-2 ao Brasil para que seu potencial devastador, já sentido na Ásia e na Europa, se manifestasse em nosso território. Em 12 de março de 2020, registramos a primeira vítima da COVID-19 no país. O segundo óbito viria três dias depois. Em seguida, mais três mortes em São Paulo, e logo o Rio de Janeiro registraria seus primeiros casos fatais. Daí em diante, o novo coronavírus costurou um dos piores cenários da crise sanitária que paralisou o mundo há cinco anos.

Quando aquela mulher de 57 anos faleceu ao dar entrada em um hospital público no Tatuapé, já existiam 114 países com casos confirmados da doença. A Organização Mundial da Saúde contabilizava 118 mil infecções e 4,2 mil mortes globalmente. Um mês depois, apenas em nosso país, mais de 2 mil pessoas sucumbiam diariamente à COVID. No ápice da crise, em abril de 2021, enfrentávamos a sufocante média de 3,1 mil óbitos a cada 24 horas.

Não podemos esquecer a tragédia que se abateu sobre o Amazonas no início de 2021, quando pacientes morreram asfixiados pela falta de oxigênio nos hospitais de Manaus. A precariedade da infraestrutura logística, especialmente a ausência de condições adequadas na BR-319 - única rodovia



que liga o estado ao resto do país - impossibilitou o rápido abastecimento de cilindros de oxigênio e equipamentos essenciais. Enquanto brasileiros sufocavam, a ajuda simplesmente não conseguia chegar a tempo devido ao isolamento geográfico agravado pela falta de investimentos históricos em infraestrutura na região amazônica.

Precisamos reconhecer os fatores que agravaram nossa situação: a disseminação massiva de desinformação e a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo. Estes elementos convergiram para criar um cenário caótico, cujas consequências ainda sentimos hoje.

Alguns desses fatores, infelizmente, continuam contaminando decisões pessoais e governamentais por todo o país, vitimando principalmente os mais vulneráveis. Como explicar que, quatro anos após o início da pandemia, o Brasil tenha enfrentado a pior crise de dengue de sua história? Fala-se em "tempestade perfeita" – uma combinação dos efeitos da crise climática, da circulação simultânea de vários subtipos do vírus e da adaptação genética do mosquito, que se tornou mais resistente. Porém, não podemos ignorar as falhas gravíssimas de gestão pública que contribuíram para este cenário.

Um aumento de 400% nos casos de uma doença conhecida há mais de quatro décadas só ocorre quando não priorizamos adequadamente o monitoramento e a vigilância. Não por acaso, a queda significativa dos números de dengue em 2025 tem entre suas causas a contratação de agentes de vigilância, a instalação antecipada de centros de emergência e o adiantamento de campanhas educativas – todas medidas respaldadas pela ciência e implementadas nas esferas federal, estadual e municipal.

De 12 de março de 2020 a 25 de fevereiro de 2025, contabilizamos 715.261 mortes por COVID-19 em nosso país. O perfil demográfico das vítimas, traçado ao longo destes anos, evidencia o impacto cruel das desigualdades na saúde da população brasileira. Pessoas negras, residentes em áreas periféricas e economicamente vulneráveis representam a maioria das vítimas – padrão que também se repetiu na recente epidemia de dengue.

Senhoras e Senhores Deputados, repetições de tragédias sanitárias são inaceitáveis em um país reconhecido internacionalmente pela excelência em estratégias preventivas e pela qualidade de seus profissionais de saúde. Não podemos normalizar mortes evitáveis, sob o risco de ultrapassarmos dilemas éticos fundamentais.

É nosso dever, como representantes do povo brasileiro, garantir que



as lições fatais da pandemia não sejam esquecidas, mas transformadas em políticas públicas efetivas. Precisamos fortalecer o Sistema Único de Saúde, investir em ciência e tecnologia, combater ativamente a desinformação e, sobretudo, reduzir as desigualdades sociais que amplificam o impacto de crises sanitárias. Adicionalmente, é imperativo melhorar a infraestrutura de transporte e logística nas regiões mais isoladas do país, como a Amazônia, garantindo que a BR-319 e outras vias estratégicas estejam em condições adequadas para permitir o acesso a insumos médicos essenciais em situações de emergência.

A saúde pública não pode ser refém de ideologias ou interesses políticos momentâneos. Ela deve ser tratada como prioridade absoluta, com planejamento estratégico de longo prazo e baseado em evidências científicas sólidas.

Já passou da hora de o Brasil considerar, com a seriedade que merecem, as dolorosas lições aprendidas durante a pandemia. Que as mais de 715 mil vidas perdidas não tenham sido em vão, mas sirvam como impulso para construirmos um sistema de saúde mais justo, eficiente e preparado para os desafios futuros.

Muito obrigado.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.

Documento 5/23

21.2025	Sessão Ordinária - CD	12/03/2025-17:20
Publ.: DCD - 3/13/2025 -	Maria do Rosário-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada defendeu as ações do Governo Lula, destacando que 68% dos investimentos previstos na Medida provisória nº 1.265, de 2024, já foram implementados. Criticou a oposição gaúcha, que desrespeita o sofrimento do povo do Rio Grande do Sul, e lembrou que o Governo suspendeu o pagamento da dívida, enquanto a Oposição tentou prejudicar o Estado. Além disso, fez uma crítica ao comportamento do ex-Presidente, dizendo que ele andava de jet ski durante a pandemia.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da



oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

O Presidente Lula esteve presente não só fisicamente, mas também com políticas concretas. No que depende do Governo Federal, os investimentos previsto nesta medida provisória já foram implementados em 68%. No que depende dos Municípios, nós estamos apoiando cada um na execução.

Mas há um tipo de oposição que quer tudo pior. O Rio Grande está vendo. O Rio Grande está vendo quais Deputados gaúchos aqui agem como quem desrespeita o sofrimento da nossa gente. O Rio Grande está vendo aqueles Parlamentares que não valorizam o que nós fizemos, quando suspendemos o pagamento da dívida, e vocês tentaram dar um golpe que prejudicaria o Rio Grande do Sul.

Nós estamos vendo aqueles que tentam se aproveitar da situação. O Presidente de vocês andava de *jet ski* — pobre do Brasil! — no período da pandemia. Era pandemia...

(Desligamento do microfone.)

Documento 6/23

21.2025	Sessão Ordinária - CD	12/03/2025-20:20
Publ.: DCD - 3/13/2025 -	Mauro Benevides Filho-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou sobre a existência de R\$ 2 bilhões não utilizados por Prefeituras para a área da saúde, provenientes de recursos destinados ao combate à Covid-19. Apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 58 para permitir que esses valores sejam aplicados em ações como combate à dengue e ampliação de cirurgias. Após diálogo com o Ministro Alexandre Padilha e o Presidente Hugo Motta, afirmou que buscará consenso para aprovação rápida da proposta, visando beneficiar a população com a melhor alocação dos recursos.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me dirigir aos Governadores, Governadoras, Prefeitos e Prefeitas de todo o País.

Na área da saúde, recursos destinados para o combate à Covid, em 2023, até hoje não foram usados. Foi prorrogado o prazo para que pudessem ser empregados em qualquer rubrica da saúde, seja na média complexidade, seja



na atenção básica, mas não foram gastos até dezembro de 2024.

Estou agora informado de que existem pelo menos 2 bilhões de reais nas contas das Prefeituras que precisam ser usados, facilitando a movimentação dentro da saúde.

Conversei ontem à noite com o Ministro Padilha, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 58, que autoriza Prefeituras e Governos de Estado — atenção, Secretários e Secretárias de Saúde! — a movimentar esse dinheiro, por exemplo, para fazer campanha de combate à dengue ou para aumentar o número de cirurgias e diminuir as filas. Esse projeto será assunto amanhã, na reunião de Líderes de todos os partidos. Conversei há pouco com o Presidente Hugo Motta. Não é mais uma prática desta Casa o requerimento de urgência, mas, como essa matéria será unanimidade, não envolverá recurso orçamentário, não afetará meta de resultado primário, com certeza um consenso será encontrado.

Que a gente possa, já na próxima semana, aprovar a flexibilização do uso desses 2 bilhões de reais em todo o território brasileiro.

Eu peço ao Presidente a divulgação, nas mídias sociais da Câmara dos Deputados, do meu pronunciamento.

São 2 bilhões a mais no caixa dos Municípios.

Agradeço ao Ministro Padilha.

Documento 7/23

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-17:32
Publ.: DCD - 3/19/2025 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, comparou a gestão atual da saúde no combate à dengue com a resposta à Covid-19 no Governo anterior. Destacou que muitos recursos enviados ainda não foram totalmente utilizados, reforçando o compromisso de Bolsonaro com o País.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Sem revisão do orador.) -



Sr. Presidente, eu gostaria de alertar este Parlamento para o que ocorreu durante a pandemia da Covid-19.

Este projeto é interessante. Durante a pandemia, criticaram muito o Presidente Bolsonaro quanto à condução da Covid-19, mas nenhum Prefeito pode reclamar da ajuda que recebeu do Governo Federal naquele momento.

Eu faço uma provocação àqueles que estão em casa neste momento. Imaginem o Brasil enfrentando a pandemia da COVID-19, uma doença desconhecida à época, durante a administração petista, com o Sr. Lula à frente do nosso País! Imaginem como seria a condução da pandemia com Lula à frente de nossa Nação! Dou o exemplo claro da Sra. Nísia à frente do Ministério da Saúde para combater a dengue, uma doença conhecida no nosso País.

Sr. Presidente, todos estes recursos que estão sendo liberados através deste projeto de lei para que os Prefeitos... Até hoje, ainda não gastaram todos os recursos que o Governo Bolsonaro enviou. Só isso foi a maior ação da pandemia naquele momento tão trágico que nós enfrentávamos, prova do compromisso de Bolsonaro com a Nação brasileira.

Minhas palavras são estas, Presidente, para mostrar e provar de que lado a verdade está.

Muito obrigado.

Documento 8/23

24.2025	Sessão Ordinária	- 18/03/2025-18:00
Publ.: DCD - 3/19/2025	CD	
	Erika Kokay-PT -DF	
	-	
	ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO
		DE

Sumário

A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, destacou investimentos do Governo Federal na saúde, como a contratação de mais médicos, a ampliação do Farmácia Popular e a meta de zerar a fila de consultas com especialistas. Mencionou também o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, beneficiando nove em cada dez trabalhadores. Por fim, criticou a condução do Governo anterior na pandemia do coronavírus.



A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós somos favoráveis a esta proposição porque possibilita que Estados e Municípios utilizem recursos da saúde.

Nós estamos vendo muitas notícias sobre a saúde. O Ministério da Saúde anunciou a contratação de mais médicos, para que tenhamos médicos em todos os cantos deste País. Há lugares em que a população nunca teve um médico atuando ou uma médica atuando todos os dias. Agora, nós teremos a possibilidade de contar com médicos e médicas em todos os cantos deste País. Além disso, há o compromisso do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, de zerar a fila daqueles que estão esperando uma consulta com especialistas.

Portanto, o Ministério da Saúde voltou! Voltaram o Farmácia Popular e muitos programas que tinham sido absolutamente abandonados pelo Governo anterior!

É bom lembrar que nós estamos falando de cerca de 2 bilhões de reais que poderão ser aplicados na saúde. Nós queremos prorrogar o tempo de utilização desses recursos, para que, em vez de voltarem para o Tesouro, sejam aplicados na ponta, para atender a população. Esse é um compromisso do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje encaminhou para esta Casa o projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. O projeto também estabelece isenções em percentuais diferentes para quem ganha até 6.500 reais. De cada dez trabalhadores e trabalhadoras, nove serão beneficiados com algum tipo de isenção. Esse é um compromisso com o povo brasileiro.

Aqui, nós estamos votando uma prorrogação que já se deu, porque, em 2021, durante a pandemia, 24 bilhões de reais não foram utilizados. Esses recursos foram objeto de uma prorrogação. Agora, nós estamos tratando de recursos da época da pandemia e também de recursos que chegaram depois da pandemia.

É bom lembrar que nós choramos a morte de mais de 700 mil pessoas. O então Presidente dizia que isso era uma "gripezinha" e fazia chacota com as pessoas que não conseguiam respirar em razão da Covid.

Por isso, nós votamos "sim" a esta proposição.

Documento 9/23

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-18:04
Publ.: DCD - 3/19/2025 -	Helder Salomão-PT -ES	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário



O Deputado criticou a condução da pandemia pelo ex-Presidente, destacando a falta de vacinas e a promoção da cloroquina, que não tem eficácia contra a Covid-19. Afirmou que, enquanto faltaram respeito e medidas adequadas para salvar vidas, sobraram escândalos, como casos de propina na compra de vacinas e declarações desrespeitosas em relação às vítimas da pandemia.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, na pandemia, faltou muita coisa, inclusive vacina para o povo, porque o ex-Presidente estimulava as pessoas a tomarem cloroquina.

Todos nós sabemos que cloroquina é um medicamento importante, mas não serve para tratar a Covid. Quem tem lúpus, por exemplo, recebe como orientação o consumo de cloroquina, que não serve para quem tem Covid.

Então, faltou muita coisa: faltou respeito, faltou vacina. Porém, sobraram algumas coisas: a propina da vacina, os casos de desrespeito, as falas debochadas sobre as famílias que perderam entes queridos. Enfim, faltou muita humanidade durante a pandemia, o que seria necessário para salvar a vida de milhões de brasileiros. Nós sabemos que muitas pessoas perderam a vida em nosso País. Faltou muita coisa e sobrou desrespeito.

Documento 10/23

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-18:08
Publ.: DCD - 3/19/2025 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, criticou o Governo Bolsonaro, comparando a responsabilidade do atual Governo com a irresponsabilidade do Governo anterior, citando o negacionismo em relação às vacinas e o desrespeito aos que morreram devido à Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos falando de recursos, algo em torno de 2 bilhões de reais, que nós queremos que continuem válidos para serem utilizados por Estados e Municípios. Já houve prorrogação de recursos.

Eu quero lembrar que, em 2021, o Governo Federal tinha 24 bilhões de reais



para utilizar, mas não utilizou. O Governo do inelegível, do acusado de roubar joias, Jair Bolsonaro, matou mais de 700 mil pessoas.

É muito bom que as pessoas respeitem a dor de quem perdeu seu ente querido, porque quem parte sempre é amor de alguém. É preciso respeitar a dor de quem chorou. O Governo Federal difundia o uso da cloroquina, que não serve para a Covid, e não comprava vacina.

A orientação é "sim".

Documento 11/23

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-18:08
Publ.: DCD - 3/19/2025 -	Eli Borges-PL -TO	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado iniciou sua fala abordando a questão da dengue, mencionando que, enquanto o País enfrenta uma epidemia, a vacina contra a doença não recebe a mesma atenção dada à vacina da Covid-19. Destacou que o Governo Bolsonaro disponibilizou recursos, com 2 bilhões de reais ainda disponíveis para o SUS. Fez também uma reflexão sobre a situação política atual, mencionando o Deputado Eduardo Bolsonaro e questionando a perseguição judicial contra figuras ligadas ao ex-Presidente, enfatizando que, para aqueles com o "carimbo Bolsonaro", os problemas parecem ser mais intensos.

O SR. ELI BORGES (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, veja como é curiosa essa história da vacina: a dengue está assolando o Brasil, e ninguém toca muito nesse assunto da dengue e de sua vacina.

Lembro que, naquela época, o Exército Brasileiro percorreu o País quando se definiu que a vacina era necessária e cientificamente correta. Além disso, foi disponibilizado tanto dinheiro para os Prefeitos que ainda há 2 bilhões de reais para serem utilizados pelo SUS.

Então, é preciso que haja a compreensão de que não faltaram recursos nem ações do Governo Bolsonaro.

Agora, quero tratar de outra coisa, Presidente. A Bíblia diz: *"Quando os fundamentos vacilam, o que pode fazer o justo?"* Quero resgatar o procedimento do nosso querido Deputado Eduardo Bolsonaro, no tempo de crise que estamos vivendo no Brasil...



(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Conclua, Deputado.

O SR. ELI BORGES (Bloco/PL - TO) - Sr. Presidente, *a priori*, eu devo dizer que não estou vendo Deputados de esquerda sendo questionados pelo Judiciário, pela Procuradoria-Geral da República. Basta ter carimbado "Bolsonaro" na testa para ter que lidar com um problema sério.

Que Deus tenha misericórdia do Brasil, do nosso querido Eduardo Bolsonaro e do nosso querido Bolsonaro!

Obrigado.

Documento 12/23

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-18:08
Publ.: DCD - 3/19/2025 -	Cabo Gilberto Silva-PL -PB	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, criticou o Governo Lula, acusando-o de mentir ao atribuir as mortes da pandemia ao ex-Presidente Bolsonaro. Afirmou que, durante a crise sanitária, não faltaram recursos para os Estados e Municípios e que todas as vacinas foram adquiridas, apesar de serem experimentais na época. Destacou também que o Brasil enfrenta dificuldades econômicas sob a atual gestão e acusou o Governo de estelionato eleitoral.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós escutamos todas as falas porque estamos em uma democracia, mas o Governo Lula mente descaradamente. Atribuir as mortes ocorridas na pandemia ao Presidente Bolsonaro é um desrespeito enorme.

Hoje, o povo está morrendo de fome. Eu não vou dizer que é Lula que está matando. As ações de Lula é que estão matando. A economia está explodindo. Ninguém aguenta mais o Governo Lula. São 2 anos só de mentira. Enganaram



o povo brasileiro. Houve um estelionato eleitoral.

Na pandemia, Deputado Bibo, não faltaram recursos para o Estado do Rio Grande do Sul e para as suas centenas de Municípios, assim como não faltou para nenhum dos mais de 5 mil Municípios existentes no nosso País. Foram compradas todas as vacinas, mesmo as vacinas tendo sido um experimento, não tendo sido comprovadas naquele momento.

Então, Governo Lula, pare de mentir! Pare de mentir, Governo Lula!

Obrigado, Presidente.

A Oposição vota "sim".

Documento 13/23

24.2025	Sessão Ordinária - CD	18/03/2025-18:12
Publ.: DCD - 3/19/2025 -	Maria do Rosário-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Ressaltou a prioridade do Governo Lula com a saúde, afirmando que medidas como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais estão melhorando a renda das famílias brasileiras. Criticou o Governo Bolsonaro, afirmando que a responsabilidade do Governo Lula com o SUS é incomparável, em contraste com o que chamou de irresponsabilidade do Governo anterior, que negou vacinas e desrespeitou as vítimas da pandemia.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Governo orienta "sim" porque os recursos que estão no fundo de saúde dos Municípios, do Distrito Federal e dos Estados, cerca de 2 bilhões de reais, poderão ser realmente destinados e, de forma efetiva, atender à população. Essa prioridade que o Governo do Presidente Lula dá à área de saúde garante a vida de brasileiros e brasileiras.

E hoje medidas foram tomadas para assegurar a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais. Adotamos medidas que melhoraram a renda das famílias.

Quero dizer que o Governo Bolsonaro não se compara ao Governo Lula quando falamos em saúde. A responsabilidade que o Governo Lula tem com o SUS é em tudo diferente da irresponsabilidade dos bolsonaristas que negaram vacina e vida e debocharam de pessoas que estavam no leito de morte.

Documento 14/23

26.2025

Publ.: DCD - 3/20/2025 -

Sessão Ordinária - CD

Pompeo de Mattos-PDT -RS

19/03/2025-19:44

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a antecipação do 13º salário dos aposentados e pensionistas, prática que ocorre desde 2020. Reforçou que continuará atuando junto ao Ministro da Previdência Carlos Lupi, à Casa Civil e ao Ministério da Fazenda, para garantir esse pagamento em maio e afirmou que seguirá lutando pela criação do 14º salário para esses beneficiários.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço ao Deputado Mário Heringer.

Muito obrigado, Deputado Icaro de Valmir.

Presidente, aqui nesta Casa eu tenho sido guardião dos nossos aposentados, aposentadas e pensionistas, tanto que desde 2020 nós temos brigado para que o 13º seja antecipado. Começou por conta da pandemia. Foi antecipado em 2020, em 2021 e em 2022. Mudou o Governo, em 2023, em 2024 e em 2025, e de novo vai ser antecipado.

Nós acionamos o Ministro da Previdência, Carlos Lupi, a Casa Civil, a Fazenda, estamos cobrando aqui, de sentinela, em defesa dos nossos aposentados e das nossas aposentadas, que merecem, precisam e têm direito à dignidade. Foram os que carregaram cada cidade deste País nos braços, cada Estado deste País nos ombros, carregaram o Brasil nas costas e merecem respeito.

Eu não vão desistir de que um dia nós tenhamos o 14º salário. Enquanto não vier o 14º salário, 13º em maio!

Documento 15/23

26.2025

Sessão Ordinária - CD

19/03/2025-20:40



Sumário

O Deputado criticou as medidas adotadas durante a pandemia de Covid-19 e destacou trechos do relatório final do Subcomitê sobre a Pandemia da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. Ademais, afirmou que Bolsonaro foi injustamente acusado de genocídio e ressaltou que as restrições impostas como isolamento social e uso obrigatório de máscaras causaram danos sociais, econômicos e psicológicos. Além disso, condenou a obrigatoriedade das vacinas e realçou a influência do Partido Comunista Chinês na Organização Mundial da Saúde (OMS). Adicionalmente, apontou que o Governo Biden empregou métodos antidemocráticos no combate à suposta desinformação e favoreceu a Pfizer. Elogiou ainda o ex-Presidente Bolsonaro por ter defendido a liberdade individual e a preservação da economia, enquanto os opositores promoviam o medo e a censura. Por fim, sustentou que a verdade veio à tona, confirmando os posicionamentos do ex-Presidente.

O SR. CORONEL MEIRA (Bloco/PL - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Brasil. Boa noite, meu Pernambuco. Boa noite, família conservadora.

Sr. Presidente, nosso jovem Deputado Icaro de Valmir, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em 2020, lamentavelmente, o mundo enfrentou a pandemia de Covid-19, um vírus que assolou o mundo todo — e no Brasil não foi diferente.

Muitas teorias, muitas conspirações surgiram. Aquele foi um período em que vimos discursos dos ditos — entre aspas — "especialistas" ganharem notoriedade. De forma duvidosa, muitas medidas foram impostas sem que nem sequer pudessem ser comprovadas a tempo. Muitas interrogações contundentes surgiram, e quem ousava questionar a eficácia de algumas medidas, como o uso de máscaras ou mesmo os possíveis efeitos colaterais das vacinas recém-fabricadas, era simplesmente rotulado de negacionista.

O nosso Presidente Bolsonaro foi taxado de genocida. Bolsonaro foi acusado de cometer crime. Porém, lidar com a ditadura esquerdistas é isto: eles nos acusam daquilo que fazem e nos chamam daquilo que são. Eles são que foram e continuam sendo os verdadeiros negacionistas.

Trago aos senhores alguns pontos do relatório final do Subcomitê sobre a Pandemia do Coronavírus da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, que se equipara à nossa Câmara Federal. O documento, datado de 4 de dezembro de 2024 — agora, no final do ano passado —, intitula-se *Análise pós-ação da pandemia de Covid-19: lições aprendidas e o caminho a seguir* e traz verdadeiras revelações que só confirmam o que muitos de nós falávamos,



mas nós fomos taxados de loucos.

Faço um destaque sobre os principais pontos abordados e já aviso aos Srs. Deputados e aos brasileiros que são verdades inconvenientes para aqueles que diziam agir em nome da ciência.

Prestem atenção às principais conclusões trazidas pelo relatório. Bolsonaro questionou a eficácia de várias medidas adotadas na pandemia, e vejam o que o estudo aponta: o distanciamento social de 2,5 metros não foi apoiado pela ciência. Outra verdade inconveniente: as máscaras não foram eficazes no controle da disseminação da Covid-19; e o uso forçado de máscaras por crianças com mais de 2 anos causou mais danos do que benefícios.

Aqui no Brasil, enquanto o Presidente Bolsonaro defendia que a economia não podia parar senão iria quebrar o país, muitos Governadores, inclusive do nosso Nordeste, do meu Pernambuco, defendiam o *lockdown* e diziam que a economia poderia ser vista depois. Porém, o relatório do congresso americano mostra que os *lockdowns* não apenas prejudicaram a economia dos Estados Unidos, mas comprometeram a saúde mental e física dos americanos e interromperam o desenvolvimento de crianças e jovens. Além disso, o fechamento das escolas contribuiu significativamente para o aumento dos casos de problemas de saúde mental e comportamental e provocou um impacto negativo no desempenho acadêmico que continuará por anos. A mesma coisa aconteceu no Brasil.

Outro equívoco que o documento analisa é que a FDA, agência que regula o departamento de saúde do governo americano, e outras autoridades deram a entender, erroneamente, que a ivermectina era apenas utilizada para cavalos e vacas, o que trouxe uma enorme confusão sobre o medicamento. O governo americano promoveu o medo em torno de medicamentos, como a ivermectina e a hidroxicloroquina. Aqui no Brasil, os ditos especialistas agiram da mesma forma.

Bolsonaro foi tachado de genocida. Disponibilizou auxílio emergencial e vacinas a quem quisesse tomar, mas não obrigou — ele não obrigou — a imunização pois não havia comprovação dos efeitos colaterais. Agora o documento traz uma grave denúncia. As imposições de vacinação foram ineficazes e prejudiciais, além de causarem enormes danos colaterais na população. A adoção das vacinas foi uma questão altamente política, da qual a agência que regula a saúde do governo americano deveria estar completamente isolada.

O estudo coloca em xeque a credibilidade da Organização Mundial da Saúde e revela que o relatório da OMS sobre as origens da Covid-19 era incompleto, enganoso e reproduzia propaganda do partido comunista chinês. O texto traz ainda a informação de que a OMS não conseguiu cumprir sua missão e cedeu à pressão do partido comunista chinês, que amordaçou médicos e jornalistas que tentaram falar a verdade sobre a gravidade da Covid-19.



Bolsonaro foi tachado de genocida, mas seus questionamentos sobre os isolamentos foram sempre coerentes. Observem que, sobre os *lockdowns*, o relatório concluiu que os isolamentos levaram a um aumento do abuso no consumo de substâncias, *overdoses* e suicídios. Essa é a verdade.

Segundo o estudo, durante a pandemia que ocorreu do final de 2019 ao início de 2021, as tentativas de suicídio de meninas de 12 a 17 anos subiram 51% — genocida não é Jair Messias Bolsonaro.

No cenário econômico, o estudo revelou que, nos Estados Unidos, houve pagamentos fraudulentos do seguro-desemprego que totalizaram mais de 191 bilhões de dólares.

O estudo traz uma informação importante — prestem bem atenção! O relatório da OMS sobre as origens da Covid-19 era incompleto, enganoso e reproduzia propaganda do Partido Chinês — volto a dizer. O relatório ainda apontou que o Governo Biden empregou métodos antidemocráticos para combater o que considerava ser desinformação, bem como acelerou a aprovação de produtos da Pfizer para impor a exigência da vacinação; ou seja, a população foi usada como cobaia, sem direito a informação e com medidas de imposição de imunização. Os reflexos tiveram agravantes que vão de efeitos na economia a impactos negativos na saúde mental, bem como no desempenho acadêmico dos estudantes.

A verdade está aí, hoje, comprovada. As consequências ainda vão perdurar por alguns anos. A verdade sempre aparece. Bolsonaro estava certo. O capitão, mais uma vez, tinha razão. Ele lutou para salvar vidas e manter a economia aquecida. Bolsonaro está com a verdade. A verdade pode até demorar, mas sempre aparecerá.

Muito obrigado.

Documento 16/23

27.2025

Sessão Ordinária - CD

20/03/2025-10:08

Publ.: DCD - 3/21/2025 - Dr. Fernando Máximo-UNIÃO -RO

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado relembrou os cinco anos do primeiro caso de Covid-19 em Rondônia, destacando o impacto devastador da pandemia no Estado. Ressaltou os esforços para salvar vidas, como a ampliação de leitos de UTI, testagem e vacinação, além da compra do Hospital Regina Pacis, que teve papel essencial no atendimento durante as ondas da doença. Lamentou as perdas, mas enfatizou a dedicação dos profissionais de saúde e a cooperação entre Estados



para atendimento de pacientes.

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (Bloco/UNIÃO - RO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Dr. Paulo Folletto.

Bom dia, caros colegas.

Hoje, dia 20 de março, faz 5 anos do primeiro caso de Covid em Rondônia, uma doença que foi devastadora, uma doença que atingiu centenas de milhares de pessoas no nosso Estado. Infelizmente, perdemos muitas vidas, mas também conseguimos resgatar, conseguimos salvar mais de 500 mil pessoas naquele Estado. Sofremos, perdemos amigos, parentes, conhecidos, e falo isso com muita tristeza. Mas pudemos trabalhar ali, dia e noite, com um batalhão de pessoas na Secretaria de Estado de Saúde e nas Secretarias Municipais, realizando *drive-thru* de testagem rápida, realizando vacinação, cuidando com barreiras e criando leitos de UTI.

Rondônia era um dos Estados que tinha menos leitos de UTI no Brasil. Esse Estado tem, historicamente, um déficit de leitos. O Hospital João Paulo II, há 40 anos, sofre com pacientes no chão e nos corredores. O Hospital de Base atende com 100% de lotação. E, graças a Deus, conseguimos montar muitos leitos de UTI para poder salvar pessoas.

Tivemos momentos muito difíceis, com leitos montados e sem médicos e outros profissionais para trabalhar. Aquilo gerava muita angústia na nossa gente e no nosso povo, mas nós pudemos trabalhar intensamente. Inclusive, o Estado de Rondônia comprou um hospital de alvenaria, no meio da pandemia, por um preço infinitamente menor do que um hospital de lona, que duraria apenas 6 meses. Nós pagamos 12 milhões de reais por um hospital de alvenaria, o Regina Pacis, enquanto um hospital de lona custaria 22,8 milhões de reais e só duraria uma onda. O Hospital Regina Pacis salvou 2.500 vidas na primeira, na segunda e na terceira onda. Hoje, ele opera de vinte a trinta pacientes por dia.

Foram momentos muito difíceis da pandemia que realmente a gente não quer que voltem nunca, mas foi um momento de agradecimento a todos os profissionais de saúde; a Deus, principalmente, que nos abençoou direcionando todos que trabalharam para salvar vidas naquele momento tão difícil para o nosso Estado.

No dia 30 de março, houve a primeira morte, o primeiro óbito. Lamentamos. Todos choraram com isso no Estado de Rondônia, mas conseguimos vencer também.

No fim da pandemia, conseguimos inclusive ceder vagas de UTI para outros Estados que estavam sem leito. Os pacientes chegavam de avião no nosso Estado. Conseguimos salvar muitas pessoas de outros Estados, retribuindo o que fizeram conosco no momento mais crítico, quando havia filas de pacientes



aguardando por um leito de UTI. Tivemos também que mandar pacientes para outros Estados. Somos muito gratos aos Estados do Espírito Santo, de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, que foram os principais.

Este é o momento de relembrar coisas ruins em que Deus nos abençoou. Passamos por isso. Hoje, somos gratos a Deus até pelo ar que respiramos. Nós nunca tínhamos agradecido a Deus por isso até a pandemia. Respirávamos todos os dias o ar, e não pensávamos nisso: *"Oh, meu Deus, obrigado pelo ar!"*

Hoje, a gente agradece, lembrando essas tristes memórias da pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado, caros colegas.

Documento 17/23

29.2025

Publ.: DCD - 3/26/2025 -

Sessão Ordinária - CD

25/03/2025-21:20

Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação da subemenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 4.306, de 2020, que altera a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para prever o direito da criança ou adolescente de pleitear a exclusão de informações pessoais de sites de pesquisa ou de notícias que possam causar-lhe constrangimentos ou danos psicológicos e dá outras providências. Ademais, defendeu a votação do Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2020, de interesse de todos os servidores públicos do País, que altera a Lei Complementar nº 173, de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dá outras providências, para ressalvar os servidores da educação pública das restrições contidas na lei.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, este projeto cria proteção para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. É um projeto extremamente importante.

Quero aqui parabenizar a autora, a querida Deputada Lídice da Mata, por trazer para este Plenário esta pauta.

Então, a Federação PSOL REDE orienta "sim".

Presidente, quero aproveitar e dizer que não existe pauta mais importante hoje para os servidores públicos de todo o Brasil do que o descongelamento dos 583 dias. O projeto já está pronto para ser votado, tramitou em todas as Comissões. Então, peço aqui a todos os meus pares — e ímpares também —, Deputadas e Deputados, que possamos colocar essa matéria em votação.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 18/23

32.2025 Sessão Ordinária - CD 26/03/2025-16:36
Publ.: DCD - 3/27/2025 - Jandira Feghali-PCdoB -RJ
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

A Deputada celebrou a decisão unânime da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), considerando-a um marco para a democracia brasileira. Destacou o trabalho da CPMI, da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República na responsabilização daqueles que atentaram contra o regime democrático. Afirmou que a democracia é inegociável e deve dar uma resposta firme aos que desrespeitam direitos e promovem retrocessos. Criticou negacionistas da ciência, a gestão da pandemia e casos de corrupção, reiterando o posicionamento de que não deve haver anistia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu quero apenas registrar que o meu sentimento é que a democracia e o processo democrático brasileiro hoje estão em festa.

As densas investigações da CPMI e da Polícia Federal, a densa denúncia da Procuradoria-Geral da República e a decisão unânime da 1ª Turma do Supremo mostram que, pela primeira vez na história, o Estado brasileiro tem condição de dar uma resposta aos que atentam contra a democracia. A democracia é inegociável! Não é um valor secundário.

Portanto, precisa haver essa resposta aos filhotes da ditadura, aos filhotes da tortura, aos filhotes daqueles que não respeitam direitos; que não respeitam a liberdade de organização e de manifestação; que torturaram, assassinaram, tiraram a vida de pessoas; e, depois, aos que negam a ciência, aos que permitiram a morte de 700 mil brasileiros na pandemia, aos que roubaram no Governo. Esses que atentaram contra a democracia têm que pagar.



Sem anistia!

Parabéns, Supremo Tribunal Federal!

Documento 19/23

32.2025

Sessão Ordinária - CD

26/03/2025-18:24

Publ.: DCD - 3/27/2025 - Fernanda Melchionna-PSOL -RS

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada celebrou a decisão unânime da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar réu o ex-Presidente Bolsonaro, ressaltando que essa vitória é fruto da mobilização popular e da luta por justiça. Ademais, condenou a postura do ex-Presidente durante a pandemia, quando incentivou atos golpistas enquanto o País enfrentava uma grave crise sanitária. Além disso, criticou a tentativa da Direita de minimizar os eventos de 8 de janeiro e defendeu a luta para que não seja pautado o Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, que anistia os golpistas. Adicionalmente, destacou a necessidade de seguir combatendo o bolsonarismo e garantir que Bolsonaro seja preso. Por fim, condenou os salários elevados pagos a torturadores e assassinos que serviram à ditadura militar e reafirmou seu compromisso com a defesa das liberdades democráticas.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Hoje é um dia histórico, é um dia muito importante, principalmente num país que não fez justiça de transição para os crimes da ditadura civil-militar. A votação por unanimidade na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal a favor de colocar Bolsonaro no banco dos réus, ele e mais sete da trama golpista, é de fato um feito a se comemorar, fruto da luta, da mobilização do povo brasileiro, fruto daqueles que ainda estão aqui e que não esqueceram os 21 anos de chumbo, não esqueceram que lutar por justiça agora também é lutar para que o Brasil não repita a história do silêncio dos fuzis, o que eles tentaram fazer.

Eu estava pensando aqui o que eu poderia dizer num dia histórico como hoje, em que Bolsonaro vira réu, então eu me lembrei das primeiras semanas da pandemia de Covid. Eu me lembrei de que, enquanto o povo brasileiro estava se contaminando na pior pandemia que a nossa geração viveu, Bolsonaro estava organizando uma manifestação golpista em frente ao Palácio do Planalto. Eu me lembrei do esvaziamento da Câmara dos Deputados por conta das questões do isolamento, e me lembrei de um Presidente que debochava das



vítimas da pandemia e que, por conta do seu negacionismo, levou a óbito 700 mil brasileiros. E não é por esse crime que ele está sendo julgado! Mas eu me lembro de ter dito naquela época que o silêncio iria cobrar caro, que um dia eles seriam julgados pela história. E eles tentavam a todo momento fechar as liberdades democráticas por dentro do regime político.

Depois é que veio o 8 de janeiro. Já tinha havido capítulos importantes de luta: "Tsunami da Educação", a luta do movimento antifascista durante a pandemia, a eleição de 2022, que foi fundamental para eleger Lula e garantir as liberdades democráticas. Hoje temos um capítulo muito importante dessa luta para que haja justiça, para que não haja anistia, para que os golpistas, num golpe que foi televisionado... Agora os bolsonaristas fazem essa cantilena enfadonha, tão mentirosa! Tudo foi televisionado! Desde a reunião com os embaixadores, depois a ameaça à urna eletrônica, a utilização da Polícia Rodoviária Federal, a minuta golpista, que depois de robusta investigação a Polícia Federal mostrou que estava no Palácio do Planalto, até o plano para matar o Lula, o Alckmin e o Ministro Alexandre de Moraes, impresso dentro do Palácio do Planalto... Além de golpistas, são trapalhões; além de extremistas, também são meio burros. Imprimiram no Palácio do Planalto!

Gente, isso é escandaloso! E agora eles vêm com uma cantilena enfadonha de batom, etc., como se tivesse sido um domingo no parque aquele 8 de janeiro, que na verdade foi o ápice de uma tentativa golpista que o Brasil todo viu.

Então, hoje é um dia histórico, e a gente precisa pensar um plano de lutas para seguir enfrentando o bolsonarismo, para garantir que a Câmara não paute o projeto da anistia, para garantir que o Bolsonaro vá para a cadeia.

Nós ainda estamos aqui, e ainda vamos lutar por justiça para os do passado. Lutas muito importantes têm que vir na esteira da defesa das liberdades democráticas. Nós não aceitamos que o Brasil pague "bolsa torturador", 140 mil reais de salário para os assassinos do Rubens Paiva, 140 mil reais de salário para assassinos, para torturadores que ainda estão vivos, ou seus familiares. É preciso, sim, garantir a justiça de hoje, mas também é preciso seguir lutando por justiça para os que lutaram antes de nós, no passado.

Ainda estamos aqui, e seguiremos.

Documento 20/23

32.2025

Sessão Ordinária - CD

26/03/2025-19:36

Publ.: DCD - 3/27/2025 - Reimont-PT -RJ

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou os Parlamentares da extrema direita por defenderem o ex-



Presidente Jair Bolsonaro, responsável por crimes graves contra o País, incluindo a condução da pandemia, que levou à morte de 700 mil pessoas. Classificou como "vergonhoso" o comportamento dos Deputados que continuam defendendo Bolsonaro e os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), que, em sua avaliação, deveriam ser considerados terrorismo. Lembrou a violência ocorrida durante a invasão à Praça dos Três Poderes, como o ataque a uma policial militar com barra de ferro, e acusou os apoiadores do ex-Presidente de quererem repetir seus crimes. Ainda ironizou a baixa mobilização popular em apoio a Bolsonaro no dia do julgamento e rebateu o tom ameaçador do discurso do líder do Partido Liberal (PL), que insinuou reações populares caso o ex-Presidente seja preso. Por fim, reafirmou que o processo não é movido por vingança, mas por justiça, e encerrou com a frase: "sem anistia".

O SR. REIMONT (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os trabalhadores e trabalhadoras da Câmara dos Deputados, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

É uma vergonha o pronunciamento dos Deputados da extrema direita.

Vocês deveriam ter vergonha do que fizeram com Brasília. Vocês estão falando do ex-Presidente Bolsonaro, que é réu, que é réu! Vocês estão defendendo o indefensável, um corrupto, um homem que sabemos o que fez no País, que levou 700 mil pessoas à morte. É indefensável o que vocês fazem.

Eu quero trazer uma teoria, a qual falei para alguns Deputados, que ficaram alarmados. Vocês depuseram a Presidenta Dilma Rousseff, tramaram a queda dela — e ela não havia cometido nenhum crime de responsabilidade —, e depois que a Dilma caiu vocês colocaram o Michel Temer no poder. Quem chamou para o Supremo Tribunal Federal o Alexandre de Moraes foi o Temer. Então, numa associação, vocês contribuíram para lá estar o Alexandre de Moraes.

O Alexandre de Moraes hoje, na sua colocação, no seu pronunciamento, deu um *show*, trouxe para nós elementos que nem imaginávamos que existiam.

Vocês fizeram o terror em Brasília! Também deveria ser considerado crime de terrorismo o que fizeram em Brasília. Bateram na cabeça de uma policial militar do Distrito Federal com uma barra de ferro. Se ela não estivesse usando capacete, teria sido morta no mesmo momento. Vocês destruíram a Praça dos Três Poderes!

Agora, há uma coisa muito interessante: o Líder do PL vai àquela tribuna e, com a voz naquela altura toda, ameaça e diz que, se Bolsonaro for preso, vai haver uma revolução no País. Sr. Presidente, existe ameaça desta tribuna? O Líder do PL está ameaçando o povo brasileiro? Foi isso mesmo o que eu entendi? Ele está ameaçando o povo brasileiro, está ameaçando a democracia!?



Continuam querendo cometer crimes!? Vocês dizem que muita gente vai se manifestar. Eu quero fazer uma pergunta, agora diminuindo o volume da minha voz: havia muita gente hoje na Praça dos Três Poderes? Alguém veio defender o inelegível? Algum de vocês organizou um grande número de pessoas para protestar contra o Supremo Tribunal Federal? Olha só: já caiu a ficha, o Bolsonaro é réu. O Bolsonaro é réu e é criminoso. Portanto, o espaço está colocado.

Nós não estamos falando de vingança, até porque quem me conhece sabe que no meu peito não cabe esse sentimento — e sabe que não cabe mesmo —, estamos falando de justiça. Isso é um exemplo para a nossa juventude, é um exemplo para a sociedade brasileira. Podemos dizer o seguinte: *"Estamos fazendo justiça. Os criminosos hoje são réus e, ao serem julgados, esperamos que sejam condenados"*.

Sem anistia!

Documento 21/23

32.2025	Sessão Ordinária - CD	26/03/2025-21:32
Publ.: DCD - 3/27/2025 -	Gilson Daniel-PODE -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a pauta municipalista ao pedir a aprovação de um projeto que autorize os Municípios a utilizarem os saldos remanescentes de recursos federais repassados à saúde entre 2020 e 2023, especialmente os oriundos do período da pandemia. Alertou que esses valores, se não utilizados, podem ser devolvidos à União, prejudicando a saúde pública local. Destacou que os Municípios recebem a menor parcela dos impostos arrecadados, apesar de serem onde a população vive e busca serviços públicos. Também mencionou sua atuação junto à Confederação Nacional de Municípios (CNM) em temas como reforma tributária, previdência municipal, precatórios e o impacto do novo Imposto de Renda na arrecadação municipal, reafirmando seu compromisso com a defesa das cidades brasileiras.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, falo hoje, pelo tempo da Liderança, para dirigir uma manifestação importante ao municipalismo. A pauta municipalista que trago hoje são demandas dos Municípios brasileiros.

Nós precisamos, nesta Casa, votar um projeto importante para a saúde financeira dos Municípios, para utilizarmos os saldos que existem em suas contas na área da saúde. Trata-se de recursos repassados pelo Governo anterior,



muitos deles para a saúde, entre 2020 e 2023. Muitos Municípios brasileiros ainda têm saldo de recursos no Fundo Municipal da Saúde repassados pelo Governo Federal.

Acontece que muitos Prefeitos e muitos Secretários de Finanças, muitos que estão assumindo mandato neste momento, não têm noção da aplicação dos recursos. Muitos recursos enviados no período da Covid-19 não foram aplicados, mas continuam em conta. A União quer estes recursos de volta. Esta Casa precisa votar um projeto para autorizar os Municípios brasileiros — cito os Municípios capixabas, do meu Estado — a utilizarem este recurso na saúde pública dos Municípios.

Eu posso falar isso de carteirinha, porque tenho ido a diversos Municípios do meu Estado, tenho acompanhado a parte contábil, minha área de formação, e analisado os saldos financeiros e toda a política pública que pode ser implementada naquelas cidades. Vejo que muitos dos Municípios do meu Estado ainda têm saldo nas contas de recursos da saúde que poderiam ser aplicados na compra de medicamentos, de ambulâncias, na contratação de profissionais de medicina, bem como no pagamento de exames especializados. Estes recursos são importantes para as cidades.

Portanto, quero me dirigir a todos os Municípios, de forma especial aos Municípios do meu Estado. Nós vamos trabalhar nesta Casa para aprovar o projeto de lei que autoriza os Municípios a utilizarem o saldo destas contas, para que estes recursos não voltem para a União.

Deputado Caveira, a maioria dos recursos dos impostos da população brasileira vai para a União. A segunda maior parte vai para os Estados. Para os Municípios, onde a vida acontece, onde nós moramos, onde nós matriculamos nossos filhos, onde nós buscamos saúde pública e assistência social, vai a menor parcela dos recursos dos impostos dos brasileiros. E, quando há saldo na conta, como é o caso da saúde, a União quer para si esses recursos, porque a sua gestão não considera que sejam importantes para os Municípios.

A minha fala aqui hoje é para que possamos dar um voto de confiança a todos os Prefeitos, os que estão em seu primeiro mandato e os reeleitos, e fazer com que, a partir dessa lei aprovada por esta Casa e pelo Senado, esses recursos fiquem realmente nos Municípios.

Eu tenho andado pelos Municípios capixabas e conversado com a sociedade e com os Prefeitos. Eu vejo que temos demandas na saúde, não só no Espírito Santo, mas em todos os Estados da Federação. Esses recursos que estão na conta são importantes para ajudar os Municípios. É importante que esses recursos não voltem para a União.

A minha fala é esta. É uma fala municipalista, porque sou municipalista.

Hoje eu estava na Confederação Nacional de Municípios discutindo diversos temas da pauta municipalista, como a reforma tributária e o Conselho Gestor



do IBS. Nós precisamos ter Prefeitos nesse conselho, para dialogar, mas também brigar por seus recursos, porque a reforma pode fazer com que os Municípios recebam menos recursos ainda.

Nós também discutimos o projeto do Imposto de Renda que chegou a esta Casa, que impacta diretamente os Municípios. Muitas pessoas não sabem, mas, com o Imposto de Renda retido na fonte, do pagamento dos servidores públicos municipais, do pagamento das empresas que prestam serviço para os Municípios, existe uma retenção, que é receita pública municipal. Muitos Municípios perderão essa receita, porque a média salarial dos servidores municipais hoje gira em torno de 2.500 reais a 4 mil reais, e todas essas pessoas serão isentas. Isso impacta diretamente os Municípios.

Hoje, também na Confederação Nacional de Municípios, conversamos sobre a PEC 66/2023, que trata de precatórios e também da previdência dos Municípios, principalmente aqueles que têm previdência própria.

Então, são muitos os temas voltados ao municipalismo. Este Deputado, que é considerado pela confederação o mais municipalista, vai estar sempre nesta Casa defendendo os Municípios, porque é realmente ali que a vida acontece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria que a minha fala de hoje fosse divulgada pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 22/23

35.2025	Sessão Ordinária - CD	27/03/2025-17:16
Publ.: DCD - 3/28/2025 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL
		DISCURSO

Sumário

O Deputado discursou na Comissão Geral destinada a debater a possível extinção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e seus impactos econômicos e sociais. Manifestou solidariedade ao setor de eventos e turismo, destacando os graves erros nas medidas adotadas durante a pandemia, que causaram enormes prejuízos econômicos sem eficácia comprovada no controle do vírus. Também condenou o fechamento de escolas e comércios, classificando essas ações como desastrosas, especialmente para os mais pobres. Além disso, criticou o atual Governo por tentar acabar com benefícios como o Perse e a desoneração da folha, enquanto aumenta gastos e tributos. Por fim, enfatizou a importância do turismo para geração de empregos e pediu pressão política para preservar os incentivos ao setor.



O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) - Prezado Deputado Gilson Daniel, que é conterrâneo da minha mãe, com muito orgulho, capixaba — eu sou gaúcho, mas minha mãe é capixaba, então eu sou meio sangue capixaba —, gostaria de cumprimentá-lo.

Também gostaria de cumprimentar minha querida Deputada Bia Kicis, sempre presente nos momentos importantes da política brasileira, da vida pública; nosso querido Deputado Marcel van Hattem, que é um orgulho para os gaúchos, um grande parceiro; o Deputado Felipe Carreras, que acabou de sair daqui; e todos os integrantes da Mesa.

Eu não tenho uma ligação umbilical com o setor, mas acompanhei muito o processo, identifiquei-me muito com ele e sou solidário a vocês — vim prestar minha solidariedade aqui.

Sou da área da saúde e assisti a uma das maiores tragédias na vida pública devido aos erros. Eu nunca havia visto uma coisa numa escala tão gigantesca como os erros cometidos na pandemia, que ajudaram a quebrar centenas de milhares de empresas no Brasil, prejudicaram enormemente o turismo, e da rede hoteleira nem se fala, e também o comércio — cito a destruição que ocorreu no setor de comércio —, para nada. Não adiantou nada, não teve resultado algum, não evitou o contágio, toda a população, praticamente, pegou o vírus.

E eu alertei sobre isso porque fui gestor de pandemia. Eu era Secretário no Rio Grande do Sul, fui 8 anos Secretário de Saúde, quando nós enfrentamos a epidemia da gripe suína, H1N1, que entrou pelo Rio Grande do Sul. Na época, nós criamos um comitê científico e discutimos muito, aprofundamos muito a questão. São vírus com o mesmo perfil, o mesmo padrão de contágio, os vírus respiratórios. Há vírus que contaminam pela secreção da pele; outros, por relações sexuais. Os vírus têm vários padrões. E influenza e coronavírus contaminam pela secreção que sai do nariz e da boca, as gotículas.

Trancar as pessoas em casa foi um erro colossal, porque o contágio é muito maior em casa do que na rua, do que nas atividades que as pessoas realizam, caminhando, por exemplo. Proibir as pessoas de irem à praia?! Eu nunca tinha visto isso. Foi um escândalo. A história ainda vai passar a limpo o que foi feito. A praia é o lugar mais seguro do mundo em uma pandemia, porque as gotículas somem no ar; em casa, elas ficam concentradas, flutuando, e foram contaminando, contaminando, contaminando.

Então, foi a destruição do setor. Eu acompanhei, a economia sofreu um impacto, apesar de o Presidente Bolsonaro sempre se posicionar de maneira correta em relação ao que estava acontecendo, porque nós temos de ver o resultado, e o pai da verdade é o tempo. Qual foi o resultado do que fizeram? As vacinas sempre chegaram atrasadas. As cepas mudavam. Quando ficava pronta a vacina, já era outra cepa. Assim, a vacina não fazia efeito algum.

Eu pergunto: quais de vocês tomou uma, duas, três, quatro, cinco, seis doses da



vacina e não pegou o vírus? A maioria pegou, fazendo a quantidade de vacina que fosse.

Então, assim, agiram errado.

Em relação aos cuidados com a H1N1, nós não deixamos fechar nada; não deixamos fechar escolas.

Esta foi a maior tragédia contra a educação brasileira: 2 anos de escolas fechadas. Não há paralelo na história brasileira, na história humana! Foram 2 anos de escolas fechadas! O Brasil foi um dos países em que mais as escolas ficaram fechadas. Isso trouxe um atraso no desenvolvimento educacional, principalmente dos mais pobres, que não tinham Internet em casa.

Solicito só mais 1 minutinho.

Agora, o Governo está querendo acabar com benefícios mínimos que se deu para a economia, para poder cobrar mais, para poder cobrar taxa, taxa, taxa... Quer taxar todo mundo. Trata-se de um Governo que acabou com o teto de gasto, só gasta e não tem mais controle da inflação, não tem mais controle de nada e ainda quer acabar com os poucos benefícios que foram dados às empresas, inclusive a desoneração da folha, o que foi feito no Perse.

Para terminar, eu vou só falar uma coisa que foi dita aqui por um dos representantes da Mesa: a questão jurídica. Hoje, no Brasil, é um mistério o que seja segurança jurídica — é a coisa mais misteriosa que há, em todos os níveis, inclusive no Supremo —, e o Governo não respeita mais nada.

Então, eu acho que nós temos que fazer uma pressão política, sim, aqui dos Deputados, da base, da Oposição, juntar quem está preocupado com o desenvolvimento do Brasil, porque não há atividade que desenvolva mais emprego, que impulse mais uma região do que a atividade do turismo, a atividade dos eventos, a atividade hoteleira.

Eu vim aqui para dizer que podem contar comigo, podem contar com o nosso trabalho. Vou procurar sensibilizar meus amigos, meus companheiros de bancada, trabalhar junto com a Oposição para pressionarmos e segurarmos, pelo menos, os benefícios que ainda não foram perdidos.

Muito obrigado.

Documento 23/23

33.2025
Publ.: DCD - 3/28/2025 -

Sessão Ordinária - CD
Erika Kokay-PT -DF
ORDEM DO DIA

27/03/2025-12:24
PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2024, que aprova os textos da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Eliminação da Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e de seu Protocolo, assinados em Brasília, em 5 de agosto de 2022. Além disso, criticou a postura do ex-Presidente da República, que não se comoveu diante das mais de 700 mil mortes por Covid-19 e durante tragédias como as enchentes em Minas Gerais e na Bahia, mas reagiu com lágrimas quando passou a ser responsabilizado judicialmente por tentativa de golpe e envolvimento em planos de assassinatos políticos.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu fico lembrando o que é ser cruel. Não vimos nenhuma lágrima ser derramada quando mais de 700 mil pessoas foram mortas por Covid por falta de ação do então Presidente, hoje réu e, em breve, se houver justiça neste País, preso. Mas há lágrimas quando a Justiça bate à sua porta por causa de sua responsabilização em processo penal e o torna réu em decorrência do que tentou fazer. Havia, inclusive, plano de cometimento de assassinatos políticos. Nessa hora, há lágrimas.

As lágrimas nunca foram para o povo. Quando o Brasil estava afundado, quando Minas e Bahia enfrentavam enchentes, esse que hoje chora quando a Justiça e a necessidade de fazer valer a democracia batem à sua porta não derramou nenhuma lágrima, estava passeando de *jet ski*.

Nós votamos contra a retirada deste projeto da pauta.
